

CADERNO DE ENCARGOS

**Procedimento de Ajuste Direto para Aquisição de Serviços para a
Elaboração do Projeto de Contenção**

**Muros de Suporte localizados entre a Rua de Trás os Muros e a
Rotunda do Jardim das Rosas em Torres Novas**

Cláusulas Legais

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a execução da aquisição de serviços de projeto de **“Projeto de Contenção – Muros de Suporte localizados entre a Rua de Trás os Muros e a Rotunda do Jardim das Rosas em Torres Novas”**

Cláusula 2.^a

Contrato

- 1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - b) O presente Caderno de Encargos;
 - c) A proposta adjudicada;
 - d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o

disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Preço Base

O preço base para a execução de projeto de **“Projeto de Contenção - Muro de Suporte localizados entre a Rua de Trás os Muros e a Rotunda do Jardim das Rosas em Torres Novas”** e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato é de **17.500,00€+IVA (23)**.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.^a

Obrigações principais do prestador de serviços

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, a título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a

Fases da prestação do serviço

Os serviços objeto do contrato deverão dar cumprimento ao disposto na Portaria nº 255/2023 de 7 de agosto e compreendem as seguintes fases:

- a) Programa base
- b) Estudo prévio
- c) Projeto de execução
- d) Assistência Técnica Especial

Nota: No Programa Base

Cláusula 6.^a

Forma de prestação do serviço

1 — Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter reuniões de coordenação com os representantes do Dono de Obra Município de Torres Novas, com o representante da empresa Águas do Ribatejo (entidade que assumiu a responsabilidade pelo sinistro) e também com perito da seguradora das AR, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.

2 — As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.

3 — Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 7.^a

Prazo de prestação do serviço

1 — O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos em anexo ao presente Caderno de Encargos, de acordo com as seguintes fases e datas:

Programa base 10 dias + 5 dias Dono Obra analisar e emitir parecer de aprovação.

Estudo prévio 25 dias + 5 dias Dono Obra analisar e emitir parecer de aprovação.

Projeto de execução 45 dias.

Em caso de acordo entre o projetista e o D.O. o período estabelecido para o faseamento pode ser reajustado, no entanto deve ser cumprido o prazo total previsto de 90 dias seguidos após a assinatura do contrato para a entrega dos Projetos de Execução.

2 — O prazo correspondente à Assistência Técnica Especializada será o prazo definido para a fase de concurso e para o prazo da empreitada, sendo acordado entre as partes.

Cláusula 8.^a

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1 — Na análise dos elementos entregues em cada fase, o prestador de serviços deve prestar ao Município de Torres Novas, à empresa Águas do Ribatejo e ao Perito da Seguradora toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

2 — No caso de a análise do Município de Torres Novas a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos em anexo ao presente Caderno de Encargos, o Município de Torres Novas, deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.

3 — No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Torres Novas, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

4 — Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, o Município Torres Novas, procede a nova análise, nos termos do n.º 1.

5 — Caso a análise do Município de Torres Novas, a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e **neles não sejam** detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos em anexo ao presente Caderno de Encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 10 dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação pelo Município de Torres Novas

6 — A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos em anexo ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 9.ª

Conformidade e garantia técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município de Torres Novas, em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Secção II

Obrigações do Município de Torres Novas

Cláusula 10.ª

Preço contratual

1 — Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Torres Novas, deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço a que se refere o n.º 1 é dividido pelas diversas fases de execução do Contrato, nos seguintes termos:

- a) Programa base (15%)
- b) Estudo prévio (30%)
- c) Projeto de execução (40%)
- d) Assistência técnica especializada (5%) Fase de Monitorização (5%) Fase de Concurso e (5%) Após a Execução da Obra

Nota: A Assistência Técnica Especializada deve-se ao fato da necessidade do projetista realizar a análise e tratamentos da informação geológica/geotécnica e de monitorização antes da execução e também na fase posterior à execução da empreitada.

Mapa de Quantidade/Orcamento

Elaboração de Projeto de Contenção - Construção de Muros de Suporte localizados entre a Rua de Trás os Muros e a Rotunda do Jardim das Rosas em Torres Novas				
Faseamento do Procedimento	%			
1.1 Programa Base(*)	0,15	2 625,00 €		
1.2 Estudo Prévio	0,3	5 250,00 €		
1.3 Projeto Execução	0,4	7 000,00 €		
1.4 Assistência Técnica Especializada (**)	0,15	2 625,00 €		
	1	17 500,00 €	IVA 1,23	21 525,00 €
(*) Definição de Medidas de Intervenção Imediata				
I. Elaboração de Plano de Prospeção Geológica e Geotécnica;				
II. Elaboração de Plano de Instrumentação e Monitorização				
III. Definição de medidas de reforço provisório.				
(**) Acompanhamento dos Trabalhos e Análise dos Resultados das Medidas de Intervenção Imediata				
A assistência técnica contempla 5% (**) + 5% Fase de Concurso (Esc eEO) + 5 % Fase de Obra				

3 – Os valores indicados na proposta adjudicada poderão estar sujeitos a eventuais limitações por força do disposto no Orçamento de Estado vigente.

Cláusula 11ª

Condições de pagamento e Faturação

1 – As quantias devidas pelo município de Torres Novas, nos termos da clausula 10º, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção pelo município da respetiva fatura.

2 – Em caso de discordância por parte do município de Torres Novas, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3 - O prestador dos serviços deverá remeter a fatura, em formato – PDF certificado ou ficheiro eletrónico certificado para integração direta com a plataforma em uso pelo Município.

4 - Se o prestador dos serviços se encontrar em condições de cumprir com o legalmente estipulado quanto à faturação eletrónica em procedimentos aquisitivos de contratação pública, nos termos e ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro – artigo 12.º - faturação por via eletrónica, que regula as obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, e no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, que define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos, bem como os prazos previstos para a implementação explanados no Decreto-Lei n.º 104-A/2021, de 27 de novembro, a fatura deverá ser compatível com o sistema de faturação eletrónica implementado pelo Município.

5 - Para efeitos de cumprimento do referido no ponto anterior, será o prestador dos serviços devidamente informado, mediante pedido de esclarecimento, do procedimento a seguir para proceder à faturação dos serviços prestados.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 12.^a

Penalidades contratuais

1— Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Torres Novas pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

Pelo incumprimento dos prazos de entrega dos elementos referentes a cada fase da cláusula 7.^a, será deduzido o correspondente a 1% por dia até ao máximo de 2% em cada uma das 3 primeiras fases (Programa base, Estudo prévio) e a 3,5% por dia no máximo até 14% na 4.^a fase (Projeto de Execução).

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Torres Novas pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do valor contratual.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea *a*) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Torres Novas tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5 — O Município de Torres Novas pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Torres Novas exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13.^a

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.^a

Resolução por parte do contraente público

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Torres Novas, pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos do contrato superior a três meses ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

Cláusula 15.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses;

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial.

3 — Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Torres Novas, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Capítulo IV

Caução

Cláusula 16.^a

Prestação de caução

1 - Não é exigível a prestação de caução.

2 - A entidade adjudicante pode, sempre que o entender conveniente, proceder à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 17.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 18.^a

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

No decurso do contrato, estes prazos serão suspensos após o término do prazo estipulado para análise e aprovação da entidade contratante. Caso não seja emitido parecer pela entidade contratante, os prazos serão retomados só após a comunicação da sua aprovação, deverá, no entanto, ser a entidade adjudicante a apresentar caso assim entenda um pedido de prorrogação (**ainda dentro do prazo inicialmente previsto**) devido aos atrasos na emissão de parecer por parte do Dono de Obra.

Cláusula 20.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa e demais legislação aplicável ao objeto do contrato.

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Enquadramento

Em setembro de 2023 verificou-se a ocorrência de deslizamento de terra e o derrube do muro localizado na Rua de Trás os Muros e a Rotunda do Jardim das Rosas, deste modo é necessário

proceder à intervenção de contenção do talude através da construção dos muros e garantir a segurança das edificações contíguas.

Localização: Muro localizado entre a Rua de Trás os Muros e a Rotunda do Jardim das Rosas em Torres Novas



----- Localização da Zona de Intervenção



Fases

Programa base (15%)

Estudo prévio (30%)

Projeto de execução (40%)

Assistência técnica especializada (5%) Fase Monotorização + (5%) Fase Concurso + (5%) Após a Fase de Execução

Nota: Na fase do Programa Base o Projetista irá definir os Estudos Geotécnico e Geológicos a realizar, o Plano de Instrumentação e Monotorização e o Projeto das Ancoragens a realizar.

Estes trabalhos serão contratados pela CMTN/Águas do Ribatejo ficando o projetista de fazer o acompanhamento necessário nas diferentes fases, desde da execução dos ensaios, ao tratamento da informação recolhida dos estudos/ensaios realizados, monotorização do talude existente até ao tratamento da informação recolhida pela monotorização do Muro executado, estes honorários serão pagos no âmbito da Assistência Técnica Especializada.

Entregáveis

Os projetos a contratar constam da seguinte lista:

- Levantamento Topográfico (a fornecer pelo Município)
- Estudo Geotécnico/Geologia, Plano de Instrumentação e Monotorização e Plano de Ancoragem (Será Definido Pelo Projetista, as empresas serão contratadas pelo município/ Águas do Ribatejo e o Projetista acompanhará estes procedimentos nas diferentes fases através da Assistência Técnica Especializada)
- Projeto de Estabilidade **Nota: Nesta intervenção deverá ser também contemplada a incorporação de parede de escalada e de rapel, uma vez que estas atividade de cariz radical já foram praticadas neste local.**
- Projeto de Contenção Provisória
- Projeto de Demolições
- Auditoria de Pré- Demolição que servirá de base ao Plano de Gestão de Resíduos (Nota A)

- Plano de gestão de resíduos documento é regulado pelo Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro.
- Medições Parciais, Mapa de Quantidade e Orçamento (de acordo com a recomendações do D.O.)
- Elaboração dos planos ou projetos de monitorização e manutenção
- Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro da Empreitada.
- Condições Técnicas Gerais e Especiais
- Plano de Segurança e Saúde
- Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro referente à Execução dos Trabalhos.

Observações: Em fase de projeto de execução têm de ser entregues os Termos de Responsabilidade assinados, as Declarações das Ordens Profissionais e os Seguros.

Nota A) Auditoria de pré demolição:

Trata-se de uma atividade preparatória com o objetivo de (1) recolher a informação sobre as qualidades e quantidades dos materiais, elementos e resíduos de construção e demolição que serão retirados durante as obras de demolição ou reabilitação de edifícios e (2) fornecer recomendações gerais e específicas visando a recuperação futura desses materiais, elementos e RCD recolhidos. Esta atividade é anterior à elaboração do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição - PPGRCD servindo-lhe de base. A auditoria deve incluir:

- 1) Identificação e avaliação dos riscos de resíduos perigosos (incluindo os REEE, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos) que podem exigir manipulação e
- 2) Tratamento especializados, ou as emissões que podem ser produzidas pelos trabalhos de demolição (desconstrução),
- 3) um mapa de quantidades com a enumeração dos diferentes materiais e produtos de construção,

- 4) Uma estimativa da percentagem potencial de reutilização e reciclagem com base em propostas para os sistemas de recolha seletiva durante o processo de demolição (desconstrução).

Os materiais, produtos e elementos identificados devem ser discriminados num mapa de quantidades de demolição (desconstrução) (Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição - PPGRCD).

Plano de Gestão de Resíduos

O Decreto-Lei nº 102-D/2020, de 10 de dezembro, transpõe para o direito nacional as metas relativas à preparação para reutilização, reciclagem e valorização estabelecidas na diretiva quadro dos resíduos, e prevê disposições específicas relativas aos resíduos de construção e demolição (RCD). Não obstante o desenvolvido no PPGRCD apresentado pelo BF em candidatura, no que se refere a

“Tecnologias e práticas adotadas em termos de eficiência energética e cumprimento do princípio DNSH”, entende-se necessário por parte do Beneficiário Final, e conforme descrito no ponto 8 do Aviso Convite quanto ao Princípio de “não prejudicar significativamente”, sujeito a vistoria, a confirmação:

-De que pelo menos 70% (em peso) dos resíduos de construção e demolição não perigosos (excluindo os materiais referidos na categoria 17 05 04 na Lista Europeia de Resíduos pela Decisão 2000/532/CE) produzidos serão preparados para reutilização, reciclagem e recuperação de outros materiais, incluindo operações de enchimento usando resíduos para substituir outros materiais, de acordo com a hierarquia de resíduos;

- 10% (a partir de 1 de julho de 2021) de materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra, no âmbito da contratação da empreitada de construção e de manutenção de infraestruturas ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.

Projetista deve apresentar o documento assinado pelo técnico qualificado relativamente ao cumprimento do DL 102-D/2020 descriminando de forma detalhada o cálculo das percentagens obtidas.

Solos e rochas provenientes das escavações:

A equipa de projeto selecionada deverá ter especial atenção à gestão dos solos e rochas extraídos no decurso da empreitada assegurando que estes são absorvidos pela obra uma vez que, de acordo com o novo Regime Geral de Gestão de Resíduos, caso estes sejam removidos do local da obra passam a ser tratados como RCD ou subprodutos.

MAPA DE QUANTIDADE

A proposta apresentada tem de ser descriminada e orçamentada de acordo com o Mapa de Quantidade

1. Forma de elaboração

- a) Os documentos que constituem as propostas através da plataforma de contratação AcinGov.
- b) Todo o trabalho deverá ser executado em AUTOCAD com separação por layers e sempre em cor bylayer.
- c) Deverá ser entregue também em papel:

1 Exemplar: Programa base, Estudo prévio, Anteprojeto

2 Exemplares: Projeto de execução

- d) O trabalho deverá conter todas as peças desenhadas necessárias para o tipo de especialidade e obra, devendo obedecer ao definido, sempre que omissos, pela Portaria n.º 255/2023 de 07 de agosto.

2. Desenvolvimento do projeto

- 2.1. Para todos os efeitos quer da fase de concurso quer da fase de desenvolvimento dos projectos, o coordenador do projecto da parte do Município de Torres Novas é o;

Chefe de Divisão de Obras Municipais do Departamento de Intervenção
Territorial

Eng.º Roberto Almeida - 964163021

- 2.2. O Município de Torres Novas terá sempre o direito de fazer o acompanhamento do desenvolvimento do projeto que considere conveniente, solicitando ao Coordenador do Projeto as informações tão completas quanto lhe for possível.
- 2.3. À equipa técnica selecionada caberá obter todos os documentos e informações técnicas necessárias à elaboração rigorosa dos elementos requeridos.
- 2.4. Mesmo após a entrega dos trabalhos, a equipa técnica selecionada deverá disponibilizar-se a efetuar novos desenhos face a eventuais alterações, caso se verifique que não são suficientemente explícitos ou considerados incompletos, mediante acordo com a entidade promotora.

2.5. A entidade promotora realizará uma reunião de coordenação com o Coordenador da equipa selecionada após a assinatura do contrato, com o objetivo de melhor ser entendido o âmbito da intervenção a realizar.

3. Elementos a apresentar nas várias fases do projeto

3.1. Do Projeto de Execução serão fornecidos um (1) exemplar em suporte digital, um (1) a dois (2) exemplares em plotagens consoante a fase , sendo as peças desenhadas todas em formato A2, A1 ou A0.

4. Projeto de execução

4.1. O Projeto de execução será constituído por um conjunto coordenado de informações escritas e desenhadas de fácil e inequívoca interpretação por parte das entidades intervenientes na execução da obra, obedecendo ao disposto na legislação e regulamentação aplicável.

4.2. Se outras condições não forem fixadas no contrato, o Projeto de execução inclui, além de outros elementos constantes de regulamentação aplicável, as seguintes peças:

a) Memória descritiva e justificativa, incluindo a disposição e descrição geral da obra, evidenciando quando aplicável a justificação da implantação da obra e da sua integração nos condicionamentos locais existentes ou planeados; descrição genérica da solução adotada com vista à satisfação das

disposições legais e regulamentares em vigor; indicação das características dos materiais, dos elementos da construção, dos sistemas, equipamentos e redes associadas às instalações técnicas;

b) Cálculos relativos às diferentes partes da obra apresentados de modo a definirem, pelo menos, os elementos referidos na regulamentação aplicável a cada tipo de obra e a justificarem as soluções adotadas;

c) Medições e mapas de quantidade de trabalhos, dando a indicação da natureza e da quantidade dos trabalhos necessários para a execução da obra;

d) Orçamento baseado nas quantidades e qualidades de trabalho constantes das medições;

As medições e orçamentos dizem respeito aos projetos pedidos.

As medições serão apresentadas em folhas tipo de medições com registo de:

Nº de partes

Medidas

Parciais

Totais

A. Os orçamentos serão apresentados em folhas tipo de orçamentos e deverão apresentar claramente identificados os:

- i. Código dos Capítulos, Artigos e Alíneas
- ii. Descrição dos artigos
- iii. Quantidades
- iv. Unidades de medição
- v. Preço unitário
- vi. Preço Total

B. Serão ainda apresentadas folhas resumo de medições com estrutura igual à dos orçamentos, sem registo dos preços unitários e preços totais.

C. Os orçamentos serão entregues em suporte informático com as seguintes características:

I. Ficheiro em Folha de cálculo Excel e preparado para serem inserido em plataforma eletrónica e SCE.

II. Registo por colunas de:

- Código dos capítulos e artigos;
- Descrição do artigo;
- Quantidade;
- Unidade;
- Preço unitário;
- Preço total.

e) Peças desenhadas de acordo com o estabelecido para cada tipo de obra na regulamentação aplicável, devendo conter as indicações numéricas indispensáveis e a representação de todos os pormenores necessários à perfeita compreensão, implantação e execução da obra;

f) Condições técnicas, gerais e especiais, do caderno de encargos, com;

- I. Critério de Medição
- II. Descrição do Artigo
- III. Condições Técnicas de Execução

4.3. Compete ao Projectista em face da natureza da obra, elaborar plano de observação, que assegure as condições de segurança da obra.

4.4. O projeto de execução entregue pelo projetista tem que obedecer as recomendações do D.O. que se encontram em anexo.

5. Assistência Técnica Especial

5.1. O Projetista tem o direito de exigir e a obrigação de garantir a assistência técnica especializada necessária.

Na fase do procedimento de formação do contrato, e até à adjudicação da obra, a assistência técnica do Projetista ao Dono da Obra compreende as atividades seguintes:

- a) Esclarecimento de dúvidas relativas ao projeto durante a preparação do processo do concurso para adjudicação da empreitada ou fornecimento;
- b) Prestação de informações e esclarecimentos solicitados por candidatos a concorrentes, sob a forma escrita e exclusivamente por intermédio do Dono da Obra, sobre problemas relativos à interpretação das peças escritas e desenhadas do projecto;
- c) Prestação do apoio ao Dono da Obra na apreciação e comparação das condições da qualidade das soluções técnicas das propostas de molde a permitir a sua correcta ponderação por aquele, incluindo a apreciação de compatibilidade com o projecto de execução, constante do caderno de encargos, de variantes ou alterações que sejam apresentadas;

Durante a execução da obra, a assistência técnica compreende:

- a) Esclarecimento de dúvidas de interpretação de informações complementares relativas a ambiguidades ou omissões do projeto, bem como elaboração das peças de alteração do projeto necessárias à respetiva correção e à integral e correta caracterização dos trabalhos a executar no âmbito da referida correção;
- b) Apreciação de documentos de ordem técnica apresentados pelo empreiteiro ou Dono da Obra, incluindo, quando apropriado, a sua compatibilidade com o projeto;

5.2 A assistência técnica não abrange a direção técnica, a administração, a coordenação da segurança, a organização da compilação técnica em matéria de segurança e saúde e a fiscalização da obra, nem a adaptação dos projetos às condições reais das empreitadas não previsíveis na fase do projeto;

- a) Apreciação técnico-económica de projetos variantes apresentados a concurso, sem prejuízo do disposto no artigo anterior;
- b) Apreciação técnico-económica de alternativas que venham a ser propostas pelos empreiteiros, sem prejuízo do disposto no artigo anterior;
- c) Verificação da qualidade dos materiais, da qualidade de execução dos trabalhos relevantes, do fornecimento e montagem dos equipamentos e instalações, bem como a elaboração dos respetivos pareceres;
- d) Elaboração dos planos ou projetos de monitorização e manutenção;
- e) Participação nos ensaios e receção das obras.

Reuniões de Obra: Atendendo a que as reuniões de obra são semanais, o Coordenador de Projeto terá que obrigatoriamente comparecer a 30% destas reuniões ou comparecer sempre que necessário seja dada a natureza dos trabalhos que se encontrarem a decorrer.

6. Organização dos projetos de execução

- 6.1. Todo o trabalho deverá ser executado em AUTOCAD com separação por layers e sempre em cor bylayer. As peças desenhadas devem ser fornecidas em formato PDF, DWF e DWG (que será entregue em fase de projeto, no entanto apenas será disponibilizadas à entidade executante).

- 6.2. Os diversos projetos de execução serão constituídos por peças escritas e desenhadas, de fácil e inequívoca interpretação por parte das entidades intervenientes na execução da obra.
- 6.3. Cada um dos projetos de execução incluirá Memória Descritiva e Justificativa, Medições e Orçamento da Obra, Caderno de Encargos contendo as Condições Técnicas Especiais, características técnicas do equipamento, Peças Desenhadas com pormenores de execução. As Normas Portuguesas em vigor terão que ser respeitadas.
- 6.4. O trabalho deverá conter todas as peças desenhadas necessárias para o tipo de especialidade e obra, devendo obedecer ao definido na Portaria n.º 255/2023 de 7 agosto 2023, suas revogações e disposições legais regulamentares em vigor.
- 6.5. Cada Memória Descritiva conterá uma definição geral da obra, com descrição dos sistemas construtivos específicos e soluções adotadas, com vista à satisfação das disposições legais regulamentares em vigor.
- 6.6. As Peças Desenhadas dos Projetos (plantas gerais e pormenorização) obedecerão, preferencialmente, ao formato de folha e rótulo definidos.

7 – Licenciamentos

O procedimento deverá ser instruído pelo projetista para aprovação do Município de Torres Novas.

.

8 – Seguro de Responsabilidade Civil

O projetista terá de apresentar em sede de celebração do contrato, seguro de responsabilidade civil decorrente do artigo 19º e 24º da Lei 31/2009 de 3 julho na sua atual redação, com o prazo de validade adequado ao decurso da empreitada.

9 – Anexos

- Recomendações do D.O.

10 – Localização e Registo Fotográfico





